

PROJETO DE RESOLUÇÃO nr. 960/XIV/2.^a

Recomenda a salvaguarda integral, valorização e integração total do conjunto monumental da mesquita aljama medieval islâmica de al-Ushbuna no claustro da Sé de Lisboa

Fundamentação

Lisboa, como qualquer cidade secular, é rica em legado histórico, marcado pela diversidade de experiências da cidade e da sua população, e é aí que surgem os vestígios arqueológicos, que são mais ou menos visíveis consoante pareceres de especialistas e/ou decisões políticas.

Lisboa -- Al-Lixbûnâ -- foi também construída de acordo com um modelo islâmico, pelo que há muitos vestígios islâmicos que permanecem ainda ocultos, para além dos elementos mais visíveis, como sejam a malha urbana de Alfama, algumas das empenas amuralhadas do Castelo e a cerca moura. O controlo islâmico do que hoje é Portugal foi um processo lento, assente sobretudo no comércio e não na força militar, que tolerava cristãos e judeus, e que durou por mais de 500 anos. Hoje, a prova do seu entranhamento são as mais de 18000 palavras de origem árabe presentes no vocabulário português.

Mas tal herança, intercultural, na fundação do território que hoje chamamos Portugal, seria, de um modo geral, desvalorizada pela historiografia, em particular a estadonovista, que muito naturalmente pôs a ênfase no que designou de “reconquista” cristã. Tal é visível no afã do regime em, através do “restauro” de monumentos e edifícios, procurar expurgar os elementos que supunha serem avessos à “pureza” original do estilo da reconquista: o românico. A Sé foi um desses monumentos, tendo sido expurgada, em 1940, de todos os elementos que não se coadunassem com tal estilo, nomeadamente a talha dourada do século XVIII.¹

O discurso e a praxis da Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC) face aos achados arqueológicos da mesquita aljama medieval islâmica de al-Ushbuna na ala sul do claustro da Sé, relativizando a sua importância, tem sido muito contestada, pois

¹ Cf. Maria João Neto, Memória, Propaganda e Poder. O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960) (Porto: Faculdade de Arquitetura do Porto Publicações, 2001).

demonstra uma visão já ultrapassada, ao determinar, neste caso, o que lhe parece ser digno de preservar ou de musealizar. E isto é tanto mais grave quanto, à exceção dos casos mais conhecidos de Mértola e Silves, não existem muitas estruturas islâmicas devidamente enquadradas e musealizadas em Portugal.

Entre o final do mês de setembro e meados de outubro passados, houve um debate público, inclusive nos media, sobre estes achados arqueológicos. Apesar do parecer negativo de todos os técnicos envolvidos, a DGPC, através de um ato administrativo, decidiu pela afetação do complexo monumental de estruturas arqueológicas interpretadas como integrantes da mesquita aljama medieval islâmica de Lisboa com o argumento de que a sua preservação colocava em risco de ruína o claustro e a própria catedral. Tal posição foi imediatamente denunciada por diversos arqueólogos, historiadores e outros investigadores no espaço público, chamando a atenção para o valor patrimonial, cultural e simbólico elevadíssimo destes achados, garantindo que a sua preservação não ameaçava a estabilidade do claustro e da Sé de Lisboa, logro que esteve na base de toda a polémica. Acresce que o Ministério da Cultura decidiu que os achados arqueológicos deviam ser preservados, musealizados e integrados no projeto de recuperação e musealização da Sé Patriarcal de Lisboa, obrigando a DGPC a reverter a sua posição e a promover a alteração do projeto de arquitetura de forma a cumprir a decisão da Ministra da Cultura.

Entretanto, foi apresentada à DGPC uma proposta de classificação do conjunto arqueológico urbano conservado no claustro da Sé Catedral de Lisboa, incluindo as ruínas da Mesquita aljama de al-Ushbuna. Porém, parece que a salvaguarda desta última ainda não está garantida, porquanto a DGPC fez sair um comunicado no início de Janeiro alegando que os achados não são da mesquita, com base em pareceres de quatro investigadores que não são especialistas em arqueologia islâmica de Lisboa e omitindo outros pareceres, nomeadamente da Associação dos Arqueólogos Portugueses e do Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios (ICOMOS), e a proposta de classificação subscrita por dois renomados historiadores especialistas em Lisboa islâmica.

Acresce ainda que as duas arqueólogas especialistas em arqueologia islâmica de Lisboa, que são quem dirige os trabalhos arqueológicos, funcionárias da própria DGPC, Alexandra Gaspar e Ana Gomes, foram ignoradas. São então estas, segundo a também

arqueóloga da DGPC, Jacinta Bugalhão, “as únicas investigadoras que têm acesso aos dados necessários à elaboração de fundamentadas hipóteses interpretativas e que são elas que, em primeiro lugar, têm o dever de os estudar e publicar.” Nesse sentido, será com base no seu trabalho que a comunidade científica deve desenvolver a “subsequente discussão e avaliação interpares”.²

Uma vez que a escavação e a investigação ainda decorrem, quaisquer interpretações são preliminares e carecem de debate académico e publicação. À DGPC não deve caber decidir a existência ou não de vestígios da mesquita aljama medieval islâmica de Lisboa sob o claustro da Sé, nem decidir sobre o bom andamento da obra, mas sim a defesa integral do superior interesse público, tal como enunciada na sua missão estabelecida pelo nr. 1 do artigo 2.º do Decreto Lei n.º 115/2012, de 25 de maio: “assegurar a gestão, salvaguarda, valorização, conservação e restauro dos bens que integrem o património cultural imóvel, móvel e imaterial do País, bem como desenvolver e executar a política museológica nacional.”³

O projeto de arquitetura deve, nesse sentido, ser revisto e adaptado, nomeadamente através da preservação, valorização e integração museológica das estruturas monumentais islâmicas, por forma a que sejam visíveis e visitáveis, como defendem especialistas em arqueologia islâmica de Lisboa, como Jacinta Bugalhão: “Não será aceitável nem admissível um projeto que garanta a salvaguarda física das estruturas da mesquita aljama medieval islâmica de Lisboa, mas que as cubra totalmente de betão. Sob a laje que cobre o pátio do claustro não deverá ser construído qualquer compartimento. Nessa cripta deverão ser apenas implantados o circuito de visita e as infraestruturas museográficas necessárias à visita. O visitante deve poder visualizar, observar e contemplar as estruturas da mesquita aljama medieval islâmica de Lisboa em toda a sua altura e desnível e em toda a sua magnitude. O conjunto é monumental, extenso e denso, precisa de espaço e precisa de ambiente para ser adequadamente fruído. O que não precisa é de um corpo em betão suspenso sobre si, a pouca altura; nem de ser visível apenas em pequenas e esmagadas parcelas, qual puzzle restante após o projeto.”⁴

² Jacinta Bugalhão, “As ruínas da mesquita aljama medieval islâmica de Lisboa, episódio de Janeiro”, Archport (19 de janeiro 2021), <http://ml.ci.uc.pt/mhonarchive/archport/msg27810.html>

³ http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/dgpc_enquadramento_legal/115_2012_dgpc.pdf

⁴ Jacinta Bugalhão, Op. Cit..

O novo projeto deve, então, respeitar as precedências islâmicas, assegurando que, pelo seu elevado valor patrimonial, cultural e simbólico, a salvaguarda integral do conjunto monumental da mesquita aljama medieval islâmica de al-Ushbuna no complexo da Sé no local exato onde se encontra. Em nome do importante legado islâmico, que está também na base da cultura portuguesa.

Neste sentido, a Assembleia da República, reunida em Plenário, nos termos do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição da República Portuguesa, por intermédio do presente Projeto de Resolução, recomenda ao Governo que:

1 – Crie as condições necessárias para a boa conclusão dos trabalhos arqueológicos, da investigação e publicação integral dos resultados das intervenções desenvolvidas no claustro da Sé, promovendo um amplo debate científico e académico;

2 - Instigue a DGPC a agir de forma a assegurar o interesse público, procedendo à revisão do projeto arquitetónico de forma a assegurar de forma cabal, e pelo seu elevado valor patrimonial, cultural e simbólico, a salvaguarda integral do conjunto monumental da mesquita aljama medieval islâmica de al-Ushbuna na ala sul do claustro do complexo da Sé;

3 - O disposto no número anterior deve garantir a valorização e integração museológica dos vestígios no local exato onde se encontram, por forma a que sejam visíveis e visitáveis pelo público.

Assembleia da República, 15 de fevereiro de 2021

A Deputada não-inscrita,

Joacine Katar Moreira